

# Perspectivas socioambientais e decoloniais como horizontes para um jornalismo outro no contexto latino-americano

Anna Júlia Carlos da Silva<sup>1</sup>  
Reges Schwaab<sup>2</sup>

## Resumo

Este artigo teórico-reflexivo apresenta perspectivas socioambientais e decoloniais como horizontes para conceber um jornalismo outro no contexto da América Latina. Estabelecendo um diálogo entre a abordagem jornalística socioambiental e o pensamento latino-americano, sobretudo com as correntes crítico-utópica e decolonial, a discussão evidencia semelhanças e potencialidades existentes nesse enlace epistemológico que possibilitam tensionar atualizações teóricas e práticas no campo do jornalismo. Constatamos que essas perspectivas, com orientações não-hegemônicas, plurais e transformadoras, permitem prospectar caminhos alternativos para (re)contar o nosso tempo, desde a América Latina e a partir do que demandam as urgências de seu território e de seus sujeitos.

Palavras-chave: Jornalismo. Meio ambiente. Decolonialidade.

## Socio-environmental and decolonial perspectives as horizons for another journalism in the Latin American Context

### Abstract

This theoretical-reflective article presents socio-environmental and decolonial perspectives as horizons to conceive another journalism in the context of Latin America. Establishing a dialogue between socio-environmental journalistic approach and Latin American thought, particularly with critical-utopian and decolonial currents, the discussion highlights similarities and potentialities within this epistemological linkage that enable theoretical and practical updates in the field of journalism. We find that these perspectives, with non-hegemonic, plural, and transformative orientations, allow for alternative paths to (re)tell our time, from Latin America and based on the demands of its territory and its subjects.

Keywords: Journalism. Environment. Decoloniality.

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Graduada em Jornalismo pela mesma Instituição. Bolsista financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Pesquisadora discente do "milpa - laboratório de reportagem" (CNPq/UFSM). E-mail: [annajuliacarlos@outlook.com](mailto:annajuliacarlos@outlook.com).

<sup>2</sup> Professor na Universidade Federal de Santa Maria (RS). Atua no Programa de Pós-graduação em Comunicação e no Departamento de Ciências da Comunicação (Campus Frederico Westphalen). Doutor em Comunicação e Informação. Coordena o "milpa - laboratório de reportagem" (CNPq/UFSM). E-mail: [reges.ts@gmail.com](mailto:reges.ts@gmail.com).

## Introdução

A pauta (socio)ambiental alcança, na contemporaneidade, o ápice de sua conjuntura emergencial, cujo ponto culminante é a Amazônia. Reiteradamente, sob a lupa da ciência, a questão é ampliada por revistas científicas de prestígio global. A *Nature* (2023) tem evidenciado o estado de ameaça e risco substancial da área florestal, principalmente em território brasileiro. Simultaneamente, a *Science* (2023, n.p., tradução nossa) avalia a Amazônia como “um componente crítico do sistema climático da Terra, cujo destino está embutido no da maior emergência planetária”<sup>3</sup>. É nesse contexto de elevada eminência do tema na ciência, bem como da relevância de sua cobertura no jornalismo, que propomos um olhar que tome a sua real e transversal dimensão, em ambos os campos.

A Amazônia é a mais extensa floresta tropical do mundo (NATURE, 2023), compreendendo nove dos 12 países da América do Sul, como Guiana, Guiana Francesa e Suriname, e, principalmente Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Apesar de seu extenso território, o que vemos atualmente é que os biomas “amazônicos estão sendo degradados pela atividade humana em um ritmo muito acima de qualquer parâmetro conhecido, colocando em risco vastas reservas de biodiversidade e serviços ecossistêmicos globalmente importantes”<sup>4</sup> (SCIENCE, 2023, n.p., tradução nossa). A revista *Science* (2023) sublinha que tal cenário emerge de causas antropogênicas — isto é, relativas à ação dos humanos no meio ambiente — e que possui, ao mesmo tempo, consequências múltiplas e catastróficas para a humanidade.

Imperiosamente, de forma progressiva e em diferentes e desiguais proporções, esse quadro afeta a todos, humanos e não humanos. Portanto, cabe ao jornalismo acompanhar e, mesmo, de seu lugar, oferecer interpretações sobre essas transformações, atualizando os seus próprios sistemas de pensar e de fazer a profissão, de modo a buscar dar conta da realidade que se configura nesse espaço e tempo emergentes. Em tal cenário, o Jornalismo Ambiental (JA) ocupa um papel preponderante. Na pesquisa<sup>5</sup> que origina o presente texto, acreditamos que essa abordagem jornalística

<sup>3</sup> No original: “a critical component of the Earth climate system whose fate is embedded within that of the larger planetary emergency”.

<sup>4</sup> No original: “Amazonian environments are being degraded by human industrial activities at a pace far above anything previously known, imperiling its vast biodiversity reserves and globally important ecosystem services”.

<sup>5</sup> O presente trabalho é resultado parcial de pesquisa de mestrado, em andamento, realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (Capes) — Código de

aparece como um sério convite ao tensionamento de práticas e de discursos do campo jornalístico.

Promovendo um encontro epistemológico que nos parece pertinente para retratar esta temática, propomos apontamentos teórico-reflexivos que relacionam o Jornalismo Socioambiental ao pensamento latino-americano, principalmente em suas correntes crítico-utópica e decolonial. Buscamos explorar esse enlace em suas semelhanças e suas potencialidades de atualizar o campo do jornalismo. Vemos, sobretudo na perspectiva decolonial, uma abordagem singular, atenta e pertinente para pensar as emergências socioambientais contemporâneas. A seguir, apresentamos a abordagem socioambiental no jornalismo para, posteriormente, estabelecer um diálogo com o pensamento latino-americano, apresentando, por fim, as proposições finais do texto.

### A abordagem socioambiental no Jornalismo

No Brasil, o Jornalismo Ambiental foi consolidado nas últimas décadas do século XX, articulado ao Jornalismo Científico (BELMONTE, 2017). Entretanto, ainda que esse ponto continue ecoando, recentemente passamos a compreender que o JA possui uma concepção, em verdade, independente, que se baseia na pluralidade e que transcende uma cobertura factual, programada ou absolutamente centrada nos assuntos do meio ambiente (GIRARDI *et al.*, 2012). Muito além, o Jornalismo Ambiental preza por uma *prática complexa*, uma *transversalidade temática* — bem como reclama o próprio tema que envolve —, além de uma *potencialidade transformadora*, que funde a natureza do jornalismo especializado com as demandas socioambientais que compõem as emergências do nosso tempo (GIRARDI *et al.*, 2012).

Dentre as razões para a *prática* ser percebida como *complexa*, podemos destacar sua essência especializada, pois “o que movimenta a defesa da abordagem do ambiental pelo Jornalismo é a mesma essência que perpassa a reflexão sobre o *bom Jornalismo*, feito com vigor, ética e manejo apurado da informação, esteticamente bem composto e ciente do papel social que um trabalho rigoroso vem a cumprir” (SCHWAAB,

2018, p. 70, grifo do autor). Para Schwaab (2018), esse tipo de produção jornalística envolve esforços singulares de embasamento, observação, pesquisa, método e escritura.

Na contemporaneidade, o campo jornalístico vive um período de crise de credibilidade, imerso em disputas que caracterizam um movimento forte de desinformação e circulação de informação fraudulenta. Assim, necessita, reiteradamente, reafirmar a sua legitimidade e a sua ação criteriosa no trabalho com a informação. Nesse mesmo contexto, pensamos que propor abordagens pautadas por saberes e por práticas guiadas pela pluralidade, e autorizadas por uma condição especializada e aprofundada, aparecem como pistas sobre como manter a confiabilidade na profissão e nos produtos jornalísticos.

Nessa visão, o fazer jornalístico não se comporta como fechado ou generalista. Entretanto, determinadas marcas podem auxiliar em sua compreensão. Nesse sentido, os pressupostos do JA, sintetizados por Girardi, Loose e Silva (2018, p. 54) ao longo de mais de dez anos, são salutares:

- 1) Ênfase na contextualização na tentativa de expor as relações entre causas e consequências, assim como das articulações dos diferentes campos sociais;
- 2) Pluralidade de vozes com o intuito de romper com a lógica de construção baseada no pensamento único e dar visibilidade a um verdadeiro diálogo de saberes;
- 3) Assimilação do saber ambiental, que envolve de uma nova abordagem para a prática jornalística [...];
- 4) Cobertura sistêmica e próxima à realidade do leitor — além de ser frequente, a produção jornalística ambiental deve permitir que as pessoas se sintam pertencentes a esse problema a fim de tomar atitudes que modifiquem o contexto;
- 5) Comprometimento com a qualificação da informação, ou seja, preocupação em construir notícias que desvelem as conexões entre economia, política, cultura, ambiente, etc., que nem sempre são visíveis, e indiquem soluções, saídas;
- e 6) Responsabilidade com a mudança de pensamento — o JA tem como missão colaborar para transformar o pensamento diante das injustiças e desigualdades ambientais que nos cercam.

Na proposição das autoras, podemos vislumbrar a *transversalidade temática*. Devido a esse conjunto de elementos, aqui tomamos o Jornalismo Ambiental como sinônimo de Jornalismo Socioambiental. O transversal, por sua vez, está na base do que compreendemos como o “sócio/social” da abordagem: no JA, nenhuma questão é explicada sem interligação com outra(s). A proposta sustenta que

Não há concepção humana ou ecológica que permita fechar os olhos aos danos que modificam a vida no planeta em escala jamais vista, impossível de ser pensada de forma fragmentada ao enfrentarmos o cenário que a humanidade costura em sua agricultura e seus modos de produção de alimentos, na sua fome, pobreza e riqueza, nas maneiras de

exploração da vida em todas as suas manifestações, no acúmulo de resíduos, nas alterações do clima, em suas pressões e alterações na legislação de proteção, nas migrações, nos deslocamentos forçados de povos originários, nas catástrofes, nas doenças (SCHWAAB, 2018, p. 70).

Em tal configuração de jornalismo, para além dos atributos tipicamente profissionais do campo, os valores declaradamente se misturam às práticas. Para o debate aqui levantado, cidadania, justiça e bem-comum têm grande relevo. E, invariavelmente, perpassam diversas temáticas, tais como saúde, educação, história, poder, legislação, sobrevivência, diversidade e respeito (SCHWAAB, 2018). Assim, o JA se configura como um jornalismo outro, que extrapola o que é marca de modelos tradicionais e hegemônicos/dominantes do campo.

Para alcançar o *potencial transformador* da abordagem, o profissional deve ultrapassar um lugar simplesmente funcional, assumindo a promoção de uma compreensão orgânica, plural e de base ecológica, além das consequências imediatas perceptíveis diante dos múltiplos desafios socioambientais (BELMONTE, 2017). Nesse ponto, cabe diferenciar o jornalismo de/sobre meio ambiente da proposta do Jornalismo Ambiental, “entendendo que a mera cobertura de temas ambientais, sem a adoção da episteme ambiental, de uma visão ecológica e do comprometimento do jornalista com o cuidado à vida, não correspondem à prática consciente e transformadora que caracteriza o JA” (LOOSE; GIRARDI, 2021, p. 328). Essa prática especializada, segundo Loose e Girardi (2021), alerta acerca da crise ambiental e das alternativas que desvelam modos diferentes de viver.

Considerando o exposto até aqui, podemos constatar que essa compreensão de jornalismo tem como horizonte formas outras de pensar e de fazer a profissão. Mirar no JA em busca de pistas para formular saberes e práticas distintas para o campo é muito oportuno, haja vista a sua preponderância no contexto contemporâneo emergente e o seu potencial de credibilidade que, apesar de suas características evidentemente não-hegemônicas, parece singularmente resistir.

Ainda que determinados aspectos da abordagem ambiental não sejam pacificamente aceitos por todos (SCHWAAB, 2018), acreditamos que esse é um reflexo inevitável quando a proposta é configurar ou retirar da sombra pensamentos e fazeres que se afastam de ideais hegemônicos. Um jornalismo que encontra nas pautas

socioambientais emergentes modos de (re)contar a realidade latino-americana, ressalta a necessidade de uma prática embasada em saberes plurais e comprometidos.

### Diálogo com o pensamento latino-americano

Mas o Jornalismo Socioambiental é utópico? Quanto a isso, propomos uma reflexão: os discursos que atribuem significações negativas para a utopia provavelmente são os mesmos que operam sentidos contraproducentes tradicionalmente forjados à própria América Latina. A seguir, introduzimos essa discussão como um preâmbulo para este momento que versa sobre os possíveis diálogos entre o jornalismo e o pensamento teórico latino-americano, considerando a perspectiva crítico-utópica e, posteriormente, decolonial, com destaque às tramas socioambientais<sup>6</sup>.

Torrigo (2022) argumenta que, na América Latina, as Ciências Sociais possuem uma episteme própria, nomeada, justamente, como corrente crítico-utópica. Esse pensamento emerge como uma alternativa singular para compreender a realidade e os sujeitos da região, com conceituações que se inserem nas particularidades de suas problemáticas históricas e com interpretações realizadas desde o seu espaço geográfico (TORRICO, 2022). Identificamos nesse espaço teórico possibilidades para criar modos de compreensão mais complexos, múltiplos e territorialmente orientados, capazes de traduzir melhor o cenário latino-americano.

Nessa corrente epistêmica, a crítica significa, segundo Torrigo (2022, p. 68, tradução nossa), “ser e estar insatisfeito com o que existe, com o real, e expor suas insuficiências e suas consequências negativas, posição a partir da qual ao mesmo tempo é possível imaginar outra forma melhor, desejável mas alcançável, dessa realidade submetida à observação”<sup>7</sup>. Já a utopia, cita, “não é algo que não acontece e não pode acontecer, mas, simplesmente, aquilo que o *establishment* não quer que aconteça; algo

<sup>6</sup> Para efeito deste estudo, acentuamos nas perspectivas os aspectos que se aproximam do tema deste artigo e que, portanto, conseguimos dar conta nesta modalidade de produção acadêmica e em nossos lugares de pesquisadores e jornalistas. Nesse sentido, cabe ressaltar que o Jornalismo e, especialmente, o pensamento crítico-utópico e a perspectiva decolonial, ainda que ofereçam pistas indispensáveis para que possamos alcançar as compreensões que propomos nesta investigação, constituem uma rede de saberes complexos, profundos e multidimensionais, que contemplam o nosso foco, mas também avançam para além do que estamos ressaltando.

<sup>7</sup> No original: “ser y estar inconforme con lo que hay, con lo real, y poner al descubierto sus insuficiencias y sus consecuencias negativas, posición desde la que al mismo tiempo es posible avizorar otra forma mejor, deseable pero alcanzable, de esa realidad sometida a observación”.

impossível hoje, mas perfeitamente realizável; melhor ainda, algo que é idealmente necessário no futuro”<sup>8</sup> (PASQUALI, 1977, p. 414, grifo do autor, *apud* TORRICO, 2022, p. 68, tradução nossa). Portanto, se o Jornalismo Socioambiental é percebido como utópico, de antemão tomamos como vencidos os sentidos negativos para a palavra, afinal, é permitido e, quiçá, desejável, que a utopia faça parte do pensamento latino-americano.

A corrente teórica crítico-utópica é definida pelo autor como uma alternativa outra, em confronto com as epistemes hegemônicas universalistas que, ainda que se apresentem como as únicas formas válidas de produzir conhecimento, parecem insuficientes para a compreensão das realidades da América Latina. Torrico (2022, p. 25, tradução nossa) descreve que “a orientação para a subversão do estabelecido é, sem dúvida, o traço distintivo persistente do pensamento latino-americano, movimento atribuível à já anotada condição subalter(n)izada da região em sua constituição e desenvolvimento”<sup>9</sup>. Podemos aqui, frisar pontos de convergência entre a teoria e o que descrevemos como Jornalismo Socioambiental, não somente devido às aproximações geográficas — visto que ambos estão concentrados no contexto latino-americano, o primeiro pela origem, o segundo pela Amazônia —, mas principalmente por conta do panorama não-hegemônico e plural que incitam.

As ideias pioneiras do pensamento teórico crítico nas Ciências Sociais da região despontaram ao longo das chamadas décadas rebeldes, entre 1960 e 1970, com destaques para a Teoria da Dependência do brasileiro Fernando Henrique Cardoso e do chileno Enzo Faletto; da Teologia da Libertação do peruano Gustavo Gutiérrez; da Pedagogia do Oprimido do brasileiro Paulo Freire; da Filosofia da Libertação do argentino Enrique Dussel; e da Comunicologia da Libertação do boliviano Luis Ramiro Beltrán (TORRICO, 2022). Desse quadro, destacamos as precursoras e potentes fundamentações de Enrique Dussel, que nos possibilitam vislumbrar a história da América Latina como relacionada à sua conjuntura emergencial contemporânea e enredada à linguagem que (con)forma os seus sujeitos.

A América Latina, conforme Dussel (1993), é considerada a primeira *periferia* da Europa — *centro* mundial —, o que implica compreender que tal território sofreu

<sup>8</sup> No original: “No es algo que no sucede y no puede suceder, sino, simplemente, aquello que el establishment no quiere que suceda; algo imposible hoy, pero perfectamente realizable; mejor aún, algo que resulta idealmente necesario en el futuro”.

<sup>9</sup> No original: “La orientación hacia la subversión de lo establecido es, sin duda, el rasgo distintivo persistente del pensamiento latinoamericano, movimiento atribuible a la ya anotada condición subalter(n)izada de la región en su constitución y desarrollo”.

globalmente, desde a origem, com um processo de modernização — isto é, de espoliação de sujeitos e de exploração de terras sob a justificativa de desenvolvimento —, que inevitavelmente forjou a discursividade e a subjetividade modernas. Logo, por meio de elementos como a linguagem e a memória, esse quadro se sustenta até hoje (*ibid.*, 1998).

Recuperamos Torrico (2022) para pontuar que essa discussão permanece atual, traduzida principalmente pelo conceito de colonialidade, que reconhece no contexto recente diversas manifestações do passado colonial. Para esse autor, a colonialidade se implementa como a presença de uma subjetividade externa ao território, que segue continuamente reproduzindo assimetrias locais e globais, condicionando o ser, o saber, o fazer e a natureza.

Processos como esses, em regiões subalternizadas, como é o caso da América Latina, costumam originar exclusões físicas e discursivas, caracterizadas pela dominação, opressão e, mesmo, morte de sujeitos e vozes minoritárias. Para Dussel (1998), são nítidos os efeitos insuportáveis que esse contexto gera, ao passo que é necessário se manifestar diante do risco que tais consequências trazem à existência da maior parte dos sujeitos latino-americanos e seus modos de vida. No final dos anos 1990, o autor já descrevia um cenário análogo ao do momento presente: principalmente nos territórios que passaram por processos de violenta exploração, há uma constante diminuição das possibilidades de vida e de participação política e discursiva da maioria dos povos e, acrescentamos nós, a desconsideração das distintas formas de vida não-humanas.

Dussel é um dos autores que permanece, simultaneamente, clássico e contemporâneo, ao passo que além de ser um dos protagonistas do pensamento crítico-utópico, também é partícipe da nova rede de pesquisadores que têm trabalhado na renovação dessa perspectiva. Como fundamenta Torrico (2022), essa abordagem aparece como uma forma de erguer uma especialidade na episteme regional e provocar, também, um horizonte de decolonialidade.

### **Perspectiva decolonial e prática jornalística**

Os estudos do grupo Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade despontaram com o peruano Aníbal Quijano, na década de 1990, seguido pelo venezuelano Edgardo Lander, pelo colombiano Santiago Castro-Gómez, pelos porto-riquenhos Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel, pelas argentinas Zulma Palermo e Maria



Lugones, dentre outros pesquisadores (WALSH; MIGNOLO, 2018). Nesta produção, optamos por dar foco às contribuições elaboradas pela estadunidense imigrante no Equador Catherine Walsh (2018) e pelo argentino Walter Mignolo (2018), também integrantes do grupo.

Walsh (2018) explica que, com a colonialidade, emergiu a resistência e a recusa, traduzidas na decolonialidade, que propõe a construção de posicionamentos radicalmente distintos das imposições hegemônicas. Tal perspectiva, além de denotar formas outras de pensar, saber, ser e fazer, busca desestabilizar “estruturas hierárquicas de raça, gênero, heteropatriarcado e classe que continuam a controlar a vida, o conhecimento, a espiritualidade e o pensamento, estruturas que são claramente entrelaçadas e constitutivas do capitalismo global e da modernidade ocidental”<sup>10</sup> (*ibid.*, 2018, p. 17, tradução nossa). Desse modo, segundo a autora, a decolonialidade é construída na criação da esperança e no avanço de projetos de vida planetária, que resistem aos projetos de extermínio e extrativismo contemporâneos.

Na América Latina, Walsh (2018) destaca que a perspectiva decolonial continua a tecer ações de insurgência e resistência contra, principalmente, os novos e constantes padrões de dominação do capitalismo global. As lutas na região são impulsionadas, organizadas e orientadas, segundo a autora, em combate, sobretudo, à dinâmica da acumulação de capital global, o que inclui projetos mega transnacionais, atividades de extração, contaminação da água e da terra, desterritorialização, violência e morte.

Para Walsh (2018), uma variedade crescente de práticas insurgentes emerge no espaço latino-americano, em defesa da vida, do território e da água e contra a imposição e expansão de projetos extrativistas e de mercantilização da natureza. Nesse sentido, centralizando a discussão ambiental, Mignolo (2018, p. 159, tradução nossa) descreve:

Extrativismo, posse e despojamento têm uma longa história na formação e transformação da mcp [matriz colonial de poder]. Do século XVI ao décimo nono, o extrativismo teve como alvo o ouro do Novo Mundo, explorando e escravizando povos indígenas e africanos. Após a Revolução Industrial, o extrativismo se concentrou nos recursos naturais necessários para alimentar as máquinas. E desde a segunda metade do

---

<sup>10</sup> No original: “hierarchical structures of race, gender, heteropatriarchy, and class that continue to control life, knowledge, spirituality, and thought, structures that are clearly intertwined with and constitutive of global capitalism and Western modernity”.

século XX até o presente, o extrativismo alimentou a chamada Quarta Revolução Industrial (Tecnológica)<sup>11</sup>.

Em nossa reflexão, a perspectiva decolonial mostra-se alternativa potente e pertinente, enraizada nas questões do nosso tempo, especialmente se entendemos o contexto socioambiental como resultante, dentre outros fatores, do histórico de superexploração da natureza, que devastou regiões subalternizadas como a América Latina. Observamos, por esse prisma, um modo de desvelar o passado comum aos países do território, marcado pelo extrativismo, que manifesta impactos de todos os tipos na contemporaneidade, compondo um dos cerne do desenvolvimento do sistema moderno-capitalista. Suas consequências, por óbvio, se estendem ao campo jornalístico, quando ele se aproxima da mesma matriz de pensamento que origina a devastação.

O diálogo entre a perspectiva Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade e a Comunicação/Jornalismo é relativamente recente. Os últimos três anos constituem um período de aumento de produções acadêmicas nesse entremeio, o que tem resultado na construção de uma teorização que amadurece progressivamente. Dentre os grupos que atuam nessa interface, identificamos o *Travessia* - Centro de Estudos e Pesquisa do Sul Global, da Universidade Federal Fluminense (UFF), e o *GPJA* - Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Para Lima (2022), do primeiro grupo, a prática jornalística serviu como ferramenta para a consolidação do poder no contexto moderno-capitalista, a partir da sustentação de conceitos, narrativas e imaginários que fazem parte dessa crise global que atinge também a produção de conteúdo e o próprio mercado de periódicos. Considerando esse contexto, percebe “o pensamento decolonial como marco analítico para abordar as possibilidades de transformação na prática jornalística, apontando a decolonialidade como uma postura epistêmica fértil para a construção de iniciativas inovadoras em jornalismo” (LIMA, 2022, p. 72). Para a autora, há, na perspectiva decolonial, a possibilidade de pensar outras formas possíveis de fazer jornalismo, a partir de olhares mais livres e plurais, que contemplem aspectos e grupos historicamente marginalizados.

---

<sup>11</sup> No original: “Extractivism, possession, and dispossession have a long history in the formation and transformation of the cmp. From the sixteenth century through the nineteenth, extractivism targeted New World gold, exploiting and enslaving Indigenous and African peoples. After the Industrial Revolution, extractivism concentrated on those natural resources needed to feed the machines. And from the second half of the twentieth century to the present, extractivism has fueled the so-called Fourth Industrial (Technological) Revolution”.

Lima (2022) ressalta, todavia, que essa (re)construção prática demanda uma mudança de atitude epistemológica, ao passo que discutir possíveis inovações e insurgências na prática jornalística implica, dentre outros pontos, observar e analisar a estruturação teórica do próprio jornalismo. Em perspectivas como essa, prática e teoria não estão descoladas. Walsh e Mignolo (2018, p. 7, tradução nossa) entendem a teoria como fazer e o fazer como pensar, de modo que questionam: “Você não está fazendo algo quando teoriza ou analisa conceitos? Fazer algo não é práxis? E da práxis — entendida como pensamento-reflexão-ação, e pensamento-reflexão sobre essa ação — não construímos também a teoria e teorizamos o pensamento?”<sup>12</sup>. Nesse sentido, defendem que é preciso desobedecer a imposição de que a teoria vem antes da prática ou que é possível se envolver em uma prática sem teoria.

No segundo grupo, Loose e Girardi (2021), introdutoriamente, delineiam a dominação do ambiente como algo que se mostra fundamental na manutenção da colonialidade, compreendida como diretamente relacionada ao capitalismo moderno. As autoras ressaltam: “Apesar de todos os indícios e previsões de que já chegamos em um ponto com impactos irreversíveis para a manutenção da vida, o modelo hegemônico insiste em avançar com o mesmo projeto extrativista e degradador do passado” (LOOSE; GIRARDI, 2021, p. 324), que extrapola os limites por intermédio de uma exploração orientada pelo crescimento econômico a qualquer custo.

Observando a América Latina, Loose e Girardi (2021, p. 325) descrevem que as elites do Sul do planeta, na tentativa de viver como o Norte, acabam por emular o modelo ecodestrutivo e insustentável criado por ele, “reproduzindo a lógica da colonialidade internamente, o que faz com que sujeitos mais vulneráveis se tornem subservientes e recursos naturais do próprio território passem a ser explorados em favor de uma minoria”. Nessa perspectiva, destacam que a crítica colonial traduz um chamado à construção de olhares mais heterogêneos, plurais, cooperativos e dialógicos sobre o planeta.

A lógica do pensamento moderno-capitalista também se escora em uma relação de dependência bilateral com o jornalismo tradicional, afinal, os discursos dominantes sustentam o campo ao mesmo tempo em que o campo assegura determinadas dinâmicas de dominação por meio desses discursos. Contudo, ainda que esse tipo de jornalismo

---

<sup>12</sup> No original: “Are you not doing something when you theorize or analyze concepts? Isn't doing something praxis? And from praxis – understood as thought-reflection-action, and thought-reflection on this action – do we not also construct theory and theorize thought?”

acabe atuando como ferramenta a favor do capital e do sistema colonial, outras formas divergentes, críticas e plurais podem e devem existir (LOOSE; GIRARDI, 2021). Para o Jornalismo Ambiental, o modo de atuar do jornalismo hegemônico é considerado insuficiente, redutor e comprimido pela fragmentação, simplificação e seleção de fontes padrão; e como resposta contrária, a sua prática não-hegemônica intenciona “desconstruir a epistemologia moderna, tentando dar visibilidade aos saberes e sujeitos não reconhecidos pelo pensamento técnico-científico e propondo um fazer jornalístico em prol da vida” (LOOSE; GIRARDI, 2021, p. 329).

A retórica da modernidade ainda é preponderante, resultando em um modo de vida que Brand e Wissen (2021) classificam como “imperial”, traduzido na intensa e extensiva exploração de seres humanos e da natureza no capitalismo global. Esse modo de vida acaba por camuflar os danos quando orienta os mercados em sua faceta “verde”, do consumo “sem culpa”. Todavia, segue sendo consumo, e segue trazendo consequências globais. A perspectiva moderna resulta em um ordenamento perverso, uma realidade que se mantém, segundo Loose e Girardi (2021), porque consegue renovar os seus mecanismos de dominação e de exploração por meio de discursos atualizados que, em verdade, apenas se reformatam de modo a orientar novas e contínuas formas de colonização. Esse é um dos pontos que destacam o lugar do jornalismo nesse contexto, afinal, o campo existe como um dos mais privilegiados espaços de produção e circulação de discursos verbais e não-verbais da sociedade e, como definem Girardi *et al.* (2012), um dos papéis do jornalista ambiental é justamente o de buscar as inter-relações esquecidas nos diversos discursos. Logo, é também no campo discursivo que podemos encontrar formas relevantes de ruptura do que está imposto como dominante. E, nesse sentido, o jornalismo, especialmente nas compreensões da abordagem socioambiental, deveria emergir com protagonismo.

Loose e Girardi (2021) percebem na perspectiva decolonial uma forma de observar e interagir com a realidade que, no caso do campo jornalístico, desvela alternativas outras para realizar a seleção dos fatos, a interpelação de fontes e a escrita dos relatos e acontecimentos. Em suma, para as autoras, para que o Jornalismo Ambiental consiga exercer o papel que prospecta, de acordo com os pressupostos evocados, é preciso que se descolonialize a sua prática, rompendo com a relação de interdependência relativa às imposições dominantes.

À vista das fundamentações relacionadas aqui, ressaltamos a pertinência e a potência do encontro epistemológico entre o jornalismo e o pensamento latino-americano. Evidentemente, as alternativas para elaborar pensamentos e práticas outras ao campo jornalístico encontram um terreno fértil na abordagem socioambiental e na articulação aos princípios das correntes crítico-utópica e decolonial. Com orientações não-hegemônicas, plurais e transformadoras, esse enlace de perspectivas permite abrir novos horizontes para (re)contar o nosso tempo, desde a América Latina e a partir do que demanda, com urgência, o seu território e os seus sujeitos.

### Considerações finais

Ao propormos a aproximação ao jornalismo a partir do horizonte socioambiental, em articulação aos princípios das correntes crítico-utópica e decolonial, observamos um promissor espaço de propulsão de uma abordagem outra, especialmente condizente com o que está presente desde as raízes e em todo processo histórico que caracteriza o território latino-americano. O gesto de dizer a América Latina em sua complexidade precisa ser, inerentemente, um gesto decolonial.

Os horizontes aqui assinalados são tentativos e surgem como convites ao diálogo. Sinalizam para uma conversa que possa compreender e articular modos de produzir contraposições às forças geopolíticas, à cultura, à Comunicação e aos poderes hegemônicos, quando desconectados do seu entorno e das emergências do tempo e espaço que partilhamos. Se os discursos acabam por reiterar uma redução dos sentidos sobre o mundo, ou melhor, procuram reduzir os mundos a um mundo pasteurizado e único, é evidente que um jornalismo, concebido nessa mesma ótica, desconsidera a convivência e as diferentes vozes, não abarcando o cenário de conflitos, de exploração e de lutas políticas. A dimensão socioambiental de todas as questões que hoje vivenciamos, bem como a construção de alternativas, requisita dizeres e vozes outras, ou seja, requisita assumir um projeto decolonial.

O horizonte decolonial, como um gesto ou postura epistêmica (MALDONADO-TORRES, 2018), fundamenta o questionamento das dinâmicas e das estruturas impregnadas de lógicas não necessariamente relacionais, uma vez que a capacidade de construir conexões respeitadas e orgânicas não é a regra. Basta vermos, em perspectiva histórica, o surgimento e a articulação de movimentos em torno de um “outro mundo

possível”, com distintas facetas em diferentes partes do globo. Quando relacionadas ao contexto de discursos e de práticas comunicacionais e jornalísticas, enfatizam a necessidade de produzir novos conhecimentos e maior conexão.

Os avanços tecnológicos e a digitalização de nossa sociedade ofereceriam, em tese, a coexistência de distintos suportes/espacos de dizer, impulsionando a produção de discursos mais diversas. Por um lado, se a produção de sentidos poderia ser potencializada, por outro, assistimos a uma complexificação delicada das relações no cotidiano, que concorre com a aceleração dos modos de vida e a intensa exploração do ambiente para satisfação de uma gigantesca necessidade fabricada de consumo. Nossa sociedade, assentada na queima de combustíveis fósseis e marcada por uma volatilidade de bens, de objetos e de relações, exige, portanto, ousar pensar a Comunicação e o jornalismo a partir de uma via descolonizante. Mas, como afirma Resende (2022, p.15), “não com o intuito de inventarmos o oposto do que hoje parece ser a comunicação, mas com o firme propósito de jogar fochos de luz sobre os problemas que afligem um campo em cujos poderes e afetos se instalam com tamanha força”.

Para isso, é necessário reconhecer um déficit de abrangência das narrativas jornalísticas (MEDINA, 2008). Ele nos instigará a imaginar novos percursos criativos e conceituais, bem como permitir intervalos outros de atualização e de crítica aos nossos objetos. Para o jornalismo alcançar as questões cruciais do contemporâneo, e os conflitos que esse tempo faz brotar, podemos partir da compreensão epistêmica geral do campo e costurar a problemática até alcançar o que podemos chamar dos gestos fundadores da reportagem, base a partir da qual toda sonhada conexão plural de vozes pode aflorar. Na proposição de Resende (2009, p. 38), começamos por imaginar um descentramento desse sujeito, um sujeito que não nega a essência relacional do seu fazer:

Articulando-se no tecido da vida, ele deixa, através do texto, de ocupar o lugar de dono da lei, para tornar-se um observador, tanto quanto o é aquele para quem escreve. Ainda que seja dado ao primeiro o privilégio da escrita, ele não faz sua a voz do outro e nem se propõe, tão-somente, a parafrasear suas fontes, como acontece com o texto jornalístico que nada mais faz do que obedecer às regras do discurso dado como legítimo.

A convivência entre sujeitos significa responsabilidade por uma trama inteligível, que não apague os distintos modos de ser, esforçando-se na tarefa de compreensão das diferenças. Reconhecer a urgência das problemáticas socioambientais requer, ainda,

entrelaçamento de histórias, de modos de vida e de validação dos protagonismos muitos, fora de uma matriz de dominação e de um controle das representações. Falar do contemporâneo e suas emergências, deslocando para a sombra suas raízes históricas, é algo distante da perspectiva ideal, apesar de ser quase sempre a regra. Não silenciar interpretações e sua coexistência para a construção dos sentidos é o posicionamento necessário nesse fazer. Como aponta Medina (2014, p. 47), trata-se de não apagar a ação social presente no trabalho jornalístico, quando “a narrativa se cumpre tanto na espiral dos afetos quanto na esfericidade dos argumentos. Poética e racionalidade mobilizam a plenitude inteligente da transformação do real — o caos funda um cosmos”.

No encontro entre o Jornalismo Socioambiental e o pensamento latino-americano, relembramos também da proposição de Bhabha (2002, p. 21), quando o pensador enfatiza o desejo “de nos reconhecemos duplamente como descentrados dos processos solidários e como agentes de mudança conscientemente comprometidos”. Um reconhecimento fundador da sociabilidade e de um processo reflexivo, pois impulsiona o caráter recíproco, relacional. O co-existir, desse modo, é a fonte para a palavra e o impulso para o relato. Como postula Haraway (2016), somos, todos, em função da relação com o outro. No cerne da proposta de um pensamento tentacular, afirma, está esse “tornar-se-com” que se traduziria em um “pensamento-com”, sementes-chaves da articulação que move os apontamentos aqui reunidos.

Podemos pensar, ainda, que o jornalismo em prol da vida pressupõe a internalização do cuidar. Essa perspectiva filosófica, nos dizeres de Brugère (2023), transcende a lógica do individualismo ou do entorno imediato, estendendo o campo de atividade a uma atenção para com todas as vidas e para com todos os seres no mundo. Sob tal argumento, nos voltamos à base da ação e da reflexividade do sujeito jornalista, eticamente implicado, portanto, na coragem de assumir responsabilidades. Estar no mundo é não negligenciar a experiência em sua universalidade. Segundo a autora, diante do atual estado das coisas, entretanto, a discussão não é guiada por uma universalidade abstrata, mas operada a partir do gesto de reconhecer nosso pertencimento a um mundo vulnerável, um pensamento revestido de consistência ontológica, conclui.

Jornalisticamente falando, visualizamos um narrar crítico a todas as formas de poder e de dominação fabricadas, em favor de tudo que requer proteção. Na convivência dos distintos mundos e experiências, uma vigilância atenta ao risco de apagamento e de desaparecimento de variadas formas de vida. É contra tudo que afronta a ótica do cuidado,

desse modo, que reiteramos aqui a necessidade de transcender ferramentais obsoletos e conceitos antiorgânicos, aqueles que empobrecem a pluralidade, a coabitação com as diferenças e que alimentam mecanismos de dominação. Refletimos, como na provocação de Bispo dos Santos (2023), que é necessário superar o paradigma cosmo-fóbico que nos trouxe até aqui. *Biointeração*, argumenta o autor, é a chave para enfrentar o paradigma desenvolvimentista, que não requisita nosso envolvimento, apenas nosso engajamento pelo consumo. O germinar de uma perspectiva socioambiental, no centro de uma ciência humana e crítica, terá de vir da confluência como “palavra germinante” (BISPO DOS SANTOS, 2023, p.14).

Sem nossa inscrição em uma ação conjugada, o jornalismo acabará sempre por reiterar uma estética da repetição e uma produção simbólica forjada pela violência. As maneiras urgentes de viver na Terra, tal como discute Ferdinand (2022), dependem de uma outra cena discursiva, organizada por perspectiva distinta de paisagem, na qual a palavra não aniquile ou oculte os elementos não humanos e a vital relação entre humanos e não humanos. É necessário expor o problema, afirma o autor, mostrando “as relações singulares pelas quais uma minoria da Terra impõe um tipo de composição do mundo com os não humanos: o da exploração compulsiva e padronizada” (FERDINAND, 2022, p. 67), fator determinante para as perturbações biodiversitárias e as degradações ecológicas.

Ao nos posicionarmos dessa forma, avançamos na oposição às abordagens jornalísticas que se baseiam em princípios dominadores, que podem ser exemplificados por noções como neutralidade e imparcialidade. Defendemos que é papel das Ciências Sociais seguir colocando em dúvida visões tradicionais, bem como assinalar horizontes tentativos, que busquem arranhar determinadas legitimações hegemônicas. Reiteramos ser este um convite ao diálogo, originado a partir de gestos de pesquisa em desenvolvimento, ancorados no tensionamento de práticas e de discursos do campo jornalístico e de seus sujeitos. Desenha-se aí um intervalo teórico-conceitual para o debate empírico que possibilite os avanços imaginados.

A proposta, portanto, diz de um pensar os gestos que constituem a prática e que se ramificam a partir daquilo que o jornalismo tem a oferecer. Ao imaginar a necessidade de discutir as bases e os modos de fazer e de dizer, vislumbramos o espaço mais amplo para um tipo de pensamento que se articule, também, enquanto fenômeno fundado nas conexões, oposto ao apagamento das urgências, das emergências e dos sujeitos diversos, humanos e não humanos, em interação no ambiente. Um mundo de muitos



mundos, no qual o “cuidar” não está, de modo algum, fora do horizonte de atividades do Jornalismo.

## Referências

- BELMONTE, R. V. Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 6, n. 2, p. 110-125, jul.-dez. 2017. Disponível em: <https://comunicata.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/6656>. Acesso em: 10 maio 2023.
- BHABHA, H. K. Democracia des-realizada. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 148, p. 67-80, jan.-mar. 2002.
- BISPO DOS SANTOS, A. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu, 2023.
- BRAND, U.; WISEN, M. **Modo de vida imperial**: sobre a exploração de seres humanos e da natureza no capitalismo global. São Paulo: Elefante, 2021.
- BRUGÈRE, F. **A ética do Cuidado**. São Paulo: Contracorrente, 2023.
- DUSSEL, E. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- DUSSEL, E. **1942: O encobrimento do outro**: a origem do "mito da Modernidade". Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu, 2022.
- GIRARDI, I. M. T.; LOOSE, E. B.; MASSIERER, C.; SCHWAAB, R. T. Caminhos e descaminhos do Jornalismo Ambiental. **Comunicação & Sociedade**, v. 34, p. 131-152, 2012. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/viewArticle/2972>. Acesso em: 10 maio 2023.
- GIRARDI, I. M. T.; LOOSE, E. B.; SILVA, J. A. O jornalismo ambiental na concepção de quem o faz: estudo com jornalistas da América Latina, Caribe, Portugal, Espanha e países africanos de língua portuguesa. **Aturá**, Palmas, v. 2, n. 2, p. 48-66, maio-ago. 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/atura/article/view/5039>. Acesso em: 10 maio 2023.
- HARAWAY, D. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom – Vulnerabilidade** [Online], Campinas, ano 3, n. 5, 2016. Disponível em: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/antropoceno-capitaloceno-plantationoceno-chthuluceno-fazendo-parentes>. Acesso em: 10 maio 2023.
- HUMAN impacts outpace natural processes in the Amazon. **Science**, 2023. Não paginado. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.abo5003>. Acesso em: 10 maio 2023.
- LIMA, V. Contribuições dos estudos decoloniais para pesquisa e prática do jornalismo. In: SARDINHA, A.; LIMA, V.; LARA, E.; BELMONTE, V. **Decolonialidade, Comunicação e Cultura**. Amapá, 2022. p. 70-90. Disponível em: <https://observatoriodh.com.br/?p=4495>. Acesso em: 10 maio 2023.

LOOSE, E. B.; GIRARDI, I. M. T. Interfaces entre o debate colonial e os estudos de jornalismo ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 58, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/download/75877/44915>. Acesso em: 10 maio 2023.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 44-93.

MEDINA, C. **Atravessagem**. Reflexos e reflexões na memória de repórter. São Paulo: Summus, 2014.

MEDINA, C. Déficit de abrangência nas narrativas da contemporaneidade. **MATRIZES**, ano 2, n. 1, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrices/article/view/38209>. Acesso em: 10 maio 2023.

MIGNOLO, W. The Decolonial Option. In: WALSH, C.; MIGNOLO, W. (org.). **On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis**. Duke University Press, 2018. p. 103-244.

RESENDE, F. O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. **Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 31-43, dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/2629>. Acesso em: 10 maio 2023.

RESENDE, F. Prefácio. In: SARDINHA, A.; LIMA, V.; LARA, E.; BELMONTE, V. **Decolonialidade, Comunicação e Cultura**. Amapá, 2022. p. 11-17.

SCHWAAB, R. Jornalismo, ambiente e reportagem ampliada. In: GIRARDI, I. M. T.; MORAES, C. H.; LOOSE, E. B.; BELMONTE, R. V. (org.) **Jornalismo ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre, RS: Metamorfose, 2018. p. 69-85.

TORRICO, E. R. **Comunicación (re)humanizadora**: Ruta decolonial. Quito, Ecuador: Ediciones Ciespal, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/46aj98R>. Acesso em: 10 maio 2023.

TRAJETORIAS: a dataset of environmental, epidemiological, and economic indicators for the Brazilian Amazon. **Nature**, 2023. Não paginado. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41597-023-01962-1>. Acesso em: 10 maio 2023.

WALSH, C. Decoloniality in/as Praxis. In: WALSH, C.; MIGNOLO, W. (org.). **On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis**. Duke University Press, 2018. p. 13-102.

WALSH, C.; MIGNOLO, W. Introduction. In: WALSH, C.; MIGNOLO, W. (org.). **On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis**. Duke University Press, 2018. p. 1-12.

**Submissão:** 19 de mai. 2023

**Aceite:** 13 de jun. 2023.